

QUALIS E SEPARAÇÃO DE ÁREAS: PROBLEMAS PERSPECTIVAS

QUALIS AND FIELD DIVISION: PROBLEMS AND PERSPECTIVES

*José Luís Jobim**

RESUMO: Este artigo pretende discutir os problemas e perspectivas da avaliação de periódicos científicos e livros, bem como as implicações da separação da área de Letras e Lingüística na CAPES
PALAVRAS-CHAVE: avaliação de periódicos científicos e livros, implicações da separação da área de Letras e Lingüística na CAPES

ABSTRACT: This papers intends to discuss the problems and perspectives of evaluating scientific periodicals and books as well as the implications of dividing the Field of Letters and Linguistics at CAPES (Brazilian agency that takes care of post-graduate evaluation)

KEY WORDS: evaluating scientific periodicals and books in Brazil, dividing fields in Brazil

* Professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor Associado 2 da Universidade Federal Fluminense. joseluisjobim@terra.com.br



Momentos em que se comemoram aniversários de associações científicas são também instantes preciosos para a produção de reflexões sobre o passado e o futuro destas mesmas associações. Minha história pessoal de inserção na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística remete a muitos ângulos possíveis de reflexão, pois fui e sou membro de uma dos seus GTs mais antigos, o de História da Literatura - fundado em 1992, por ocasião do IX Encontro Nacional da ANPOLL, e que tem mantido atividades ininterruptas desde então. Também fui coordenador deste GT e participei da diretoria da ANPOLL na gestão 2004-2006. Ao mesmo tempo, posso dizer que, ao exercer a presidência da Associação Brasileira de Literatura Comparada, no mesmo biênio em que fui secretário da ANPOLL, pude participar de uma série de iniciativas de política acadêmica que a ANPOLL levou a cabo em colaboração com outras associações científicas (além da ABRALIC, a Associação Brasileira de Linguística e a Associação de Linguística Aplicada do Brasil), relacionadas principalmente com uma questão com a qual a área se deparou naquele momento: a “Nova Tabela das Áreas do Conhecimento”, que estava sendo proposta pela administração de ciência e tecnologia então, e tinha sido colocada *on line* no *site* do CNPq, sem que tivesse havido condições e tempo para que as associações científicas de nossa Grande Área pudessem discutir ampla geral e irrestritamente com seus respectivos membros um substitutivo. E, como a proposta *on line* tinha sido elaborada por uma

comissão que supostamente nos representava, mas sem nenhum membro indicado por Letras e Linguística (seja por associações científicas, seja por nossos representantes de área de então na CAPES ou no Cnpq), ela estava em falta de sintonia marcante com nossa realidade concreta.

Na época, como eu já disse antes (Jobim, 2006), foi um desafio tentar produzir um documento comum entre quatro associações científicas (ABRALIC, ANPOLL, ABRALIN e ALAB), e, dadas as circunstâncias, foi uma vitória chegar ao acordo possível (mesmo lembrando que o possível não é o ideal) em um documento de manifestação comum que, ao mesmo tempo, propunha uma alternativa - buscando evitar a imposição do que estava configurado anteriormente. Como sabemos, se não foi adotada a nossa proposta conjunta, também não vingou a que estava posta. Isto, creio, já foi uma vitória.

Em relação ao contexto em que as associações científicas se movem, creio que em 2010 mantém-se o que já estava vigente antes: a vida de nossas associações científicas está difícil, principalmente porque as verbas para a manutenção de nossas atividades restringem-se a duas fontes: as agências de fomento e nossos associados. E as diretorias e coordenações de Gts da ANPOLL têm membros que, mesmo exercendo estas funções de gerenciamento científico, não podem deixar de cumprir toda uma volumosa agenda de atividades em suas respectivas instituições, tornando o acúmulo de trabalho e *stress* um problema a mais para lidar no cotidiano.

Isto explica, pelo menos em parte, porque nossas associações muitas vezes deixam de fazer um papel que lhes caberia: o de discutir o estado geral de seu campo do conhecimento (no passado, no presente e no futuro) e buscar intervir em questões que digam respeito a este campo.

Neste biênio, a diretoria da ANPOLL teve uma iniciativa positiva no sentido de tematizar questões relevantes para a produção de conhecimento em Letras e Linguística, incluindo o *Qualis periódicos* de Letras e Linguística na pauta de discussão do XXIV ENANPOLL, e disseminando um ambiente de reflexão sobre este tópico. Outra iniciativa relevante foi a inclusão em pauta, a partir de demandas geradas no XXIV ENANPOLL, do problema da separação na área. Como breve contribuição a este número especial de nossa Revista da ANPOLL, vou falar um pouco sobre as perspectivas presentes e futuras destas iniciativas.

Em relação ao Qualis, meus comentários não vão restringir-se ao *Qualis periódicos*, que foi o foco principal de nosso encontro de 2009, mas vão estender-se à *classificação de livros*, que será implantada neste triênio.

1. QUALIS PERIÓDICOS E CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

Começamos, então, pelo *Qualis periódicos*. Como eu disse antes, é louvável que a ANPOLL tenha decidido manifestar-se sobre este tópico, e merece destaque o esforço da diretoria em discutir e elaborar questionários, bem como em aplicá-los e disponibilizar os resultados *on line* em seu sítio. Certamente é importante perguntar quais periódicos nacionais e estrangeiros os colegas de Letras e Lingüística consideraram relevantes, quais eles declaram consultar e em quais eles publicam. Além de as respostas permitirem a elaboração de algumas hipóteses sobre o presente da área, poderão também ser usadas no futuro, em perspectiva comparada com outros questionários que se vier a formular dentro do mesmo teor. Em suma, portanto, foram e são importantes tanto as perguntas quanto as respostas geradas pela iniciativa da ANPOLL.

E para a perspectiva CAPES – mais especificamente, para a perspectiva do trabalho efetivo das comissões que, na CAPES, fazem o *Qualis periódicos* – qual seria a relevância destas perguntas e respostas?

Antes de mais nada, talvez seja interessante esclarecer que as perguntas que a ANPOLL fez não são as mesmas que a CAPES – nas suas comissões para o *Qualis periódicos* – faz. A ANPOLL perguntou quais eram os periódicos considerados relevantes, quais eram os que a área declarava consultar e quais eram aqueles em que a área declarava publicar. A CAPES pergunta basicamente o seguinte: “– Considerando todas as publicações feitas em periódicos científicos, declaradas no DataCapes por programas de pós-graduação *stricto sensu* no país em determinada área, em que grau da escala aprovada pelo CTC (entre A1 e B5, excluídos os C) se enquadra cada uma, no período determinado?”

A diferença na pergunta implica, é claro, um outro direcionamento de sentido e uma diferença no que se espera como resposta. Por exemplo, A CAPES só vai qualificar um periódico científico estrangeiro considerado relevante e fonte de consulta permanente pela área de Letras e Lingüística, se alguém já tiver declarado no DataCapes ter publicado um artigo neste periódico. Portanto, a ausência de um periódico científico considerado relevante por uma área não significa que a CAPES considera que o periódico não é importante; significa, isto sim, que no sistema de pós-graduação *stricto sensu* brasileiro, ninguém declarou publicar lá, e por conseqüência a comissão de *Qualis periódicos* não o qualificou.

O *Qualis periódicos* é um instrumento para, através da qualificação da produção científica publicada em periódicos científicos de docentes e

discentes pertencentes ao sistema de pós-graduação *stricto sensu* brasileiro, colaborar com a avaliação dos programas de pós-graduação em que os autores dos artigos se inserem.

No entanto, embora as perguntas e as respostas sobre periódicos científicos não sejam as mesmas, é importante assinalar que, no caso da comissão de *Qualis periódicos* de Letras e Lingüística, não só a iniciativa da ANPOLL foi considerada relevante, como todos dela tomaram ciência. A título de depoimento, gostaria de iniciar dizendo que a fala do coordenador da área de Letras e Lingüística, nosso colega Professor Doutor Benjamin Abdala Jr., no encontro da ANPOLL de 2009, reconhecendo a necessidade de aperfeiçoamento do nosso *Qualis periódicos*, teve como desdobramento a convocação por ele de uma comissão *Qualis*, para avançar na qualificação tanto dos títulos já existentes quanto dos novos. No momento em que escrevo este artigo, ainda não está *on line* o trabalho da comissão (da qual participei), que vai valer retroativamente para 2008 e 2009, mas ainda em 2010 estará. Também a título de depoimento, devo dizer que a coordenação de área enviou a todos os membros daquela comissão a totalidade dos documentos emanados da ANPOLL sobre o *Qualis periódicos*, e que os membros leram com atenção esta documentação, e, depois da conclusão dos trabalhos, verificaram que o resultado final apresentava grande convergência com muitos aspectos do que foi produzido pela ANPOLL.

No entanto, não é o caso aqui de ficar antecipando o que já se saberá, quando este artigo estiver publicado e também já estiver disponível na página da CAPES o resultado do *Qualis* para 2008/2009. Prefiro falar um pouco mais sobre o que é importante na avaliação, antes de tocar no outro assunto desta seção: a *classificação de livros*.

Início por repetir um chavão: a avaliação é sempre um processo. Se não nos limitarmos a considerar apenas os momentos em que se fecha uma avaliação – por exemplo, quando se toma a decisão sobre qual vai ser a qualificação de periódicos em 2008-2009 –, podemos pensar que esta avaliação teve como pano de fundo, entre outras coisas: o quadro histórico de referências a partir do qual, com o qual ou contra o qual se fez e faz avaliação de periódicos científicos no país, sua matriz conceitual, seus modos de argumentação (em relação aos quais nos situamos ou de alguma forma estamos articulados, ainda que contra ele tenhamos sérias objeções); o diálogo crítico da comunidade de Letras e Lingüística, buscando criar inteligibilidades que se desejam compartilhadas sobre as formas possíveis de sua avaliação, e gerando agendas que se propõem como de interesse

comum; etc. E o resultado será também avaliado, num movimento que vai gerar a produção de novos sentidos que alimentarão as próximas avaliações.

Em relação à produção em periódicos, há uma série de questões que estão postas na nossa área, e que nos aproximam ou distanciam dos critérios de relevância de outras áreas. Em relação à autoria, por exemplo, a área de Letras e Lingüística está mais próxima da Antropologia, Direito, Filosofia, História, áreas em que predomina a autoria individual ou com poucas co-autorias, bem como mais distante das Ciências Biológicas e de outras áreas em que a multiautoria é a mais comum. Também temos proximidades e distanciamentos em outros aspectos, como, por exemplo, no que diz respeito ao uso de indexadores e fatores de impacto para a avaliação de periódicos. Será uma questão política nos próximos anos o enquadramento que se vai dar a cada um destes aspectos (e a outros), seja no âmbito mais geral (no nível em que o Conselho Técnico Científico da CAPES estabelece normas mais abrangentes a serem seguidas por todas as áreas), seja no nível mais “local” (em que cada área pode produzir certo número de normas válidas apenas em seu respectivo âmbito).

A criação de um aparato de normas pelo CTC que têm de ser seguidas por todas as áreas – e que passam a superpor-se às normas “locais” – é também uma questão, que começa com o que se escolhe para ser normatizado. Áreas diferentes têm muitas vezes visões e interesses diferentes, que poderiam gerar escolhas diferentes, e com frequência têm de negociar um quadro de referência para a sua avaliação que não seria exatamente o de sua opção, se houvesse o direito de autonomamente optar por algo.

Se por um lado a criação de normas abrangentes é compreensível, por outro lado é importante ressaltar que inevitavelmente não atenderão todas as demandas de todos os interesses que se congregam nas diversas áreas. Claro, a multiplicidade e a complexidade das demandas pode gerar uma pressão constante sobre estas normas e a possibilidade de sua alteração pode resultar em um clima de atenção permanente às demandas que se formulam, mesmo quando não são atendidas. Este clima pode permitir que por um lado se discutam as decisões a favor de tal ou qual opção, que se realizará preferencialmente a outras, e por outro lado possibilitar que se mantenha como horizonte em consideração o pleito não atendido – mesmo depois de realizada a decisão. Assim, se o fechamento da decisão significa também uma atenção latente às demandas que poderão futuramente ser

contempladas por outras decisões, esta possibilidade de contemplação também pode diminuir a frustração gerada pela negação imediata da demanda.

Se vemos o sistema como algo que de alguma forma sempre se fecha e abre, por um lado admitimos que cada avaliação significa o fechamento de um julgamento concreto, a partir de normas vigentes em determinado momento histórico; por outro lado, admitimos também que estas normas não são permanentes e podem ser alteradas, inclusive através das avaliações da avaliação, que podem dar um outro sentido à atividade (e ao seu objeto).

No que diz respeito à grande novidade deste triênio, a *classificação de livros*, creio que existe, antes de mais nada, pouca circulação de informação sobre o que está em jogo em termos de política científica. Como freqüentemente em Letras e Lingüística estamos muito mais ligados em nossos projetos pessoais, parece que muitos de nós não se deram conta das questões mais amplas que estão em jogo na introdução da *classificação de livros*. Vou, então, enumerar algumas destas questões a seguir.

A primeira é uma constatação matemática, pura e simples: para cerca da metade das áreas na CAPES o item mais numeroso de suas respectivas produções científicas é “capítulo de livro”. Ou seja, a produção científica de Letras e Lingüística, assim como a destas outras áreas, expressa-se mais através de livros do que de periódicos. No entanto, como algumas das áreas para as quais o livro não é relevante são historicamente hegemônicas nas direções de agências de fomento, não admira que sejam os veículos da produção científica desta parcela hegemônica os que são considerados “padrão”. Quem está acostumado a ver exposições comparativas de produção científica entre áreas, sabe que usualmente nos gráficos de comparações entre a produção se inclui somente a produção em periódicos científicos, alegando-se que este é o único produto qualificado. Em outras palavras, argumenta-se que, por não existir uma *classificação de livros*, a publicação em livro não poderia ser incluída como relevante, já que não teria passado por nenhum crivo que separasse o joio do trigo, e dissesse que tal produto vale mais ou menos do que outro. Isto já existiria para os periódicos, onde há uma classificação entre A1 e B5 (e mais os designados como impróprios – C), mas não para os livros.

Ora, se o item “capítulo de livro” é o mais numeroso na produção científica de cerca de metade das áreas na CAPES, não surpreende que estas áreas tenham neste triênio 2007-2009 capitaneado um movimento para a

qualificação do livro. A pergunta política que fazem estas áreas é: “–Por que não se pode estabelecer um sistema de classificação de livros, se já foi estabelecido um sistema de classificação de periódicos?”

No caso da nossa área de Letras e Lingüística, como nosso atual coordenador está muito empenhado politicamente nesta questão¹, talvez possamos até fazer uma outra pergunta: “–Por que um artigo em um bom periódico não pode valer a mesma coisa que um capítulo em um bom livro?” No momento, a resposta seria: “– Porque, pelo *Qualis periódicos*, podemos dizer qual é o bom periódico e não podemos dizer qual é o bom livro, pois não existe uma *classificação de livros*.” Pois bem, o que está em jogo politicamente para o presente e para o futuro de nossa área, cuja produção científica se expressa em livro, é exatamente poder inserir no sistema a avaliação de livros, de modo a ser possível, a médio e longo prazo, ter instrumentos para afirmar que determinado capítulo de livro vale mais, menos ou a mesma coisa que um artigo em periódico.

Será um longo caminho, sem dúvida, e haverá muitas pedras nele, mas se tivermos em mente a razão pela qual estamos caminhando, fica mais fácil ultrapassar as pedras.

¹ Veja-se a carta circular enviada por Benjamin Abdala Jr. aos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da área de Letras e Lingüística, em 21 de outubro de 2007, quando da sua postulação à Coordenação desta área na CAPES: “Para uma avaliação criteriosa dessas áreas, é imprescindível apurarmos, com urgência, critérios de qualificação de livros. A maior parte de nossas produções bibliográficas (as mais relevantes) são em livros. Entretanto, eles só serão efetivamente aceitos na CAPES se definirmos procedimentos rigorosos de qualificação. Essa constatação vale para o conjunto das Humanidades e, nosso esforço, em duas reuniões já realizadas, tem sido procurar estabelecer critérios, equacionando o que temos em comum e de específico. O CTC é quem deverá abalizar nossas classificações, razão por que é importante que tenhamos critérios assemelhados, para aprovação em bloco. E critérios sólidos de qualificação para que possamos valorizá-los em comparação com a “moeda de troca” do conjunto das áreas de pós-graduação da CAPES, que são os periódicos internacionais de nível A” (ABDALA Jr., 2007) Tanto quanto eu saiba, por todos os seus pronunciamentos públicos no triênio 2007-2009, nosso Coordenador de Área acredita que, se não temos ainda o *Qualis livros* que pretendíamos, mas apenas um Roteiro de Classificação de Livros, nosso objetivo deve ser chegar ao *Qualis*, com equivalências entre livro e periódico. Esta é a sua posição, acompanhada pela Comissão da Área. Se o sistema de avaliação de livros não foi implementado há cerca de um ano e meio, certamente não há como dissociar isto das mudanças na Diretoria de Avaliação, cuja nova direção não aceitou o projeto anterior, e as equivalências defendidas por Letras e Lingüística.

Lembre-mo-nos, antes de mais nada, de que o *Qualis periódicos* já tem uma década, e nem por isto podemos considerá-lo inteiramente satisfatório – muito pelo contrário, exatamente as críticas que fazemos e fizemos a ele é que permitiram e permitem que seja aperfeiçoado. De todo modo, estas críticas são quase que exclusivamente à operação do sistema *Qualis periódicos*, aos trabalhos específicos de tal ou qual comissão de avaliação, à alteração ou manutenção de determinada norma pela CAPES, e não à própria existência do sistema, que é amplamente reconhecida como relevante.

Creio que o sistema de *classificação de livros*, a médio e longo prazo, poderá funcionar dentro da mesma lógica, superando a fase inicial em que a desinformação sobre o que está em jogo na sua implantação arrisca-se a gerar (em vez de críticas construtivas para o aperfeiçoamento do sistema) críticas contra a sua própria existência, como já aconteceu no passado com o *Qualis periódicos*. De todo modo, acredito que será tarefa de todos disseminar a informação, ajudar na construção do sistema e responder a intervenções de colegas que pretendam jogar fora o bebê junto com a água do banho. O bebê é a *classificação de livros*; a água que deve ser renovada é a sistemática de operação da *classificação de livros*.

Isto quer dizer que acho que a primeira versão da *classificação de livros* vai ficar maravilhosa? Ou que devemos nos furtar à crítica do que porventura viermos a considerar ruim na sistemática de avaliação do livro que se vai implantar? Não, porque, como eu já disse antes, parte da contribuição relevante da área é criticar, apontar caminhos e opções melhores dos que eventualmente venham a ser adotados nesta primeira versão da *classificação de livros*, ajudando, assim, a criação de uma nova versão melhorada. E assim sucessivamente.

A nossa sistemática para esta primeira *classificação de livros*, como sabemos, será derivada do *Roteiro para classificação de livros*, aprovado na 111ª reunião do Conselho Técnico e Científico da CAPES, em 24 de agosto de 2009, e está disponível *on line* no próprio documento de área 2007-2009, no sítio da CAPES².

Acrescente-se ainda, como último argumento, sempre lembrado por nossa colega Regina Zilberman, que a introdução da *classificação de livros* também é uma contribuição, no sistema de avaliação da produção científica

² http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/LET_LING06jan10.pdf

brasileira, para discutir e explicitar diferenças entre o que predomina no perfil de produção das Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde e Ciências Agrárias e o que predomina no das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes.

Finalmente, vamos à outra novidade deste triênio: a questão da separação de áreas na CAPES.

2. SEPARAÇÃO DE ÁREAS NA CAPES

No momento em que se discute a separação na coordenação de Letras e Linguística na CAPES, uma série de argumentos são levantados a favor e contra esta separação. Como acredito que não há discussão sem que o lugar de enunciação das posições a serem argumentadas interfira de algum modo, e acho que é importante explicitar este lugar, para ser avaliado por quem toma conhecimento de sua posição, já declaro que, no momento em que escrevo este texto e até primeiro de março de 2010, fui coordenador geral do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, um programa que, de acordo com a nomenclatura classificatória da CAPES, é designado como “misto” (termo que designa basicamente os programas que congregam áreas de concentração em linguística e literatura), e que tem nota 5 (cinco).

Entre 3 e 5 de agosto de 2009, durante o XXIV Encontro Nacional da ANPOLL, alguns argumentos já foram postos sobre esta questão, mas creio que outros merecem atenção. Para antecipar uma opinião sumária sobre as conseqüências quer da divisão na coordenação de Letras e Linguística quer da manutenção do sistema atual, já digo o seguinte: na minha opinião, não haverá nenhuma catástrofe imediata nem na manutenção do sistema atual nem na sua alteração. No entanto, isto não significa dizer que as duas opções são a mesma coisa, é claro. Como também é claro que, em qualquer das duas opções, os cursos “mistos”, como o que coordeno, podem perfeitamente continuar a existir.

Vou, então, fazer algumas considerações sobre as posições em jogo.

A favor da manutenção de apenas uma coordenação de área há o argumento de que, bem ou mal, o trabalho nesta agência vem sendo há muitos anos desenvolvido dentro deste modelo e, embora toda atividade de avaliação implique críticas ao próprio processo, já estamos acostumados a este quadro. Também, mesmo considerando eventuais divergências entre os campos da linguística e da literatura, acordos implícitos ou explícitos

têm de alguma maneira formatado a construção das práticas no âmbito da coordenação de Letras e Linguística. Um destes acordos é que, a cada período de mandato na coordenação de área, haja alternância na posição de coordenador entre alguém de linguística ou de literatura.

Faz parte do acordo que, sendo de literatura o coordenador, o coordenador adjunto deverá ser de linguística, e vice-versa. Sempre o coordenador é escolhido depois de uma consulta aos programas, mas com a prerrogativa da presidência da CAPES de escolher quem desejar, mesmo que não seja nenhum dos “mais votados” pelos programas. O coordenador nomeado, por outro lado, tem a prerrogativa de escolher o seu coordenador adjunto.

Neste contexto histórico, estando vigente este sistema com um coordenador (e seu adjunto), existiam 96 programas na última avaliação trienal, cuja distribuição constava assim no documento da CAPES com os critérios de avaliação para o triênio 2004-2007:

<i>Área de concentração</i>	<i>Só mestrado</i>	<i>Mestrado e Doutorado</i>
Linguística	14	18
Literatura	07	22
Mistos	08	15
Totais	29	55

Conforme podemos notar, naquele momento havia 21 “separados” contra 8 “mistos”, no que diz respeito a programas que somente possuíam mestrado, uma proporção de 3 “separados” para 1 “misto”. No que dizia respeito a programas com mestrado e doutorado, havia 40 “separados” e 15 “mistos”, quase 3 para 1. Estes são os dados objetivos. Tomando ciência deles podemos constatar que, independente de qualquer juízo sobre isto, estes dados indicam uma predominância absoluta de programas já “separados”. Em outras palavras, os programas “separados”, quer em nível apenas de mestrado, quer em nível de mestrado e doutorado, já eram maioria absoluta na época da avaliação anterior. E depois disto?

Bem, se examinarmos os dados referentes aos APCNs (as propostas de cursos novos apresentadas ao longo do triênio atual, que se encerra em 2009), podemos também constatar uma predominância, nestes APCNs, de propostas já “separadas”, ou seja, predomina a separação desde a gênese.

Poderíamos acrescentar que também há um movimento nos programas mais antigos, maiores e bem avaliados (com notas 5) em direção à separação. No Estado do Rio de Janeiro, o Programa de Pós-Graduação em Letras da UFF já passou da discussão à ação e acabou de ter aprovada a sua separação pela CAPES; o da PUC também já discutiu e está avaliando entrar com seu pedido de “separação”. Na Bahia, o Programa de Pós-Graduação em Letras da UFBA, um dos mais antigos do país, também acabou de ter aprovada a sua separação pela CAPES.

O que pode significar este quadro geral? Podemos, é claro, desenvolver uma reflexão sobre ele de diversas formas, mas, dada a circunstância de que os coordenadores de pós-graduação (e eu me incluo entre eles) tendem a fazer perguntas de cujas respostas necessitam, até para responder a seus colegas nos programas de origem, então vou desenvolver a argumentação a partir de perguntas e respostas que formularei a seguir. Sempre lembrando que tanto as perguntas quanto as respostas são hipotéticas e fruto de um horizonte de expectativa que tenho em relação ao próprio público em função do qual as formulo. Vamos, então, a elas.

A separação das coordenações de área, passando a haver 2 coordenadores (1 de literatura/ 1 de lingüística), em vez de apenas um, implica que todos os programas “mistos” terão de separar-se também?

R: Não, a separação ou a manutenção das coordenações de área não significa que necessariamente todos os programas “mistos” terão de separar-se, porque se trata de uma proposta de separação de áreas, não de programas.

Se houver separação das coordenações de área, passando a haver 2 coordenadores (1 de literatura/ 1 de lingüística), isto significa necessariamente que os programas mistos não serão avaliados, ou serão penalizados por serem “mistos”?

R: Não, todo curso de pós-graduação *stricto sensu* tem obrigatoriamente de ser avaliado, e nunca foi aventada nenhuma espécie de penalização para cursos “mistos” apenas pelo fato de serem “mistos”.

A discussão sobre separação das coordenações de área, passando a haver 2 coordenadores (1 de literatura/ 1 de lingüística) em vez de um, não tem nada a ver com as decisões dos programas de serem “mistos” ou “separados”?

R: A decisão sobre querer ser ou permanecer “misto” ou “separado” é, num primeiro momento, da instância que propõe o programa ou que é responsável por ele. Os números da área de Letras e Lingüística indicam que, embora a questão da “separação” não tenha sido explicitamente discutida de forma mais geral e irrestrita, de fato a maioria dos cursos de pós-graduação em Letras do país já está “separada”.

Em que sentido acadêmico se pode relacionar a predominância da “separação” nos programas de pós-graduação em Letras, já existente de fato, à questão da separação das coordenações de área?

R: Há muitas possibilidades de fazer esta relação, entre as quais:

O movimento para “separação” das coordenações de área parece indicar que, assim como em nível de programas se chegou academicamente ao formato “separado” a partir de uma necessidade de melhor gerenciamento e de direcionamento mais específico na pesquisa e formação científica, o mesmo se imagina que ocorrerá na “separação” das coordenações de área. Assim como os programas “separados” têm conseguido os melhores resultados em termos de avaliação, possivelmente por terem um foco mais definido para o trabalho a ser desenvolvido neles, pode-se supor que a separação das coordenações de área permitirá que cada uma das novas coordenações tenha melhores condições de dedicar-se às suas respectivas tarefas com mais foco e com um número menor de programas a dividir sua atenção.

c) Mesmo dentro do âmbito apenas de lingüística ou somente de literatura já existe um quadro complexo, cuja forma não cessa de se modificar. Somados ambos, esta complexidade cresce, junto com a dificuldade de compreendê-la e avaliá-la a contento. Como sou de literatura, posso dizer que hoje é difícil imaginar um projeto comum, que constitua os estudos literários como tais, direcionado por apenas uma finalidade unitária que forneça um sentido para todos os empreendimentos sistemáticos que se fazem, a partir de convicções e pressupostos diferentes, mas consistentes em seus próprios termos constitutivos, sob esta rubrica. Pelo que vejo de meus colegas de lingüística, o quadro não é tão diferente para eles. Enfim, de modo geral, é muito mais fácil um espaço de inteligibilidade compartilhada e de desenvolvimento de projetos acadêmicos conjuntos ou individuais em um universo menor (literatura ou lingüística) do que num maior (literatura e lingüística).

A “separação” das coordenações de área significa necessariamente litígio, conflito ou que os futuros representantes respectivamente de literatura e de lingüística não poderão unir forças na defesa do interesse comum?

R: Não. Assim como antes e atualmente o coordenador de área de Letras e Linguística, para levar a contento os pleitos de nosso interesse, estabelece diálogos, alianças, trabalhos conjuntos com outras coordenações de área, os possíveis futuros coordenadores de lingüística ou de literatura terão de fazer alianças e diálogos entre si e com as outras coordenações.

A “separação” das coordenações significa uma perda ou um ganho?

R: A “separação” das coordenações de área não significa uma perda. Se separar coordenações significasse alguma perda acadêmica, política ou de qualquer outra natureza, áreas de grande prestígio acadêmico, de grande poder relativo na CAPES e bem aquinhoadas em termos de verbas jamais se teriam separado. Engenharia jamais teria se separado em Engenharia I, II, III e IV; Ciências Biológicas não teria se separado em Ciências Biológicas I, II e III; Medicina em Medicina I, II e III. Houve um ganho em número de coordenadores junto à CAPES e a possibilidade de ações articuladas da área como um todo, na defesa de pleitos comuns, que podem ser defendidos por quatro ou por três, em vez de apenas um representante. Em relação ao universo abrangido pelas coordenações desmembradas, houve também uma diminuição do volume de cursos e atividades a serem escrutinados, o que vem permitindo uma melhor e mais detalhada atenção ao universo de cada coordenação. No caso de nossa possível separação, mesmo separadas, a coordenação de lingüística e a de literatura terão um número de cursos a avaliar superior a grande parte das outras coordenações, mas, de todo modo, bem inferior aos cerca de 122 cursos que terão de ser avaliados neste triênio pela coordenação unificada de Letras e Linguística.

A proposta de “separação” de coordenações significa a eliminação de trabalhos, propostas ou programas que tenham como fundamento a interseção entre literatura e lingüística?

R: “Separação” de coordenações não significa fechar portas a qualquer tipo de empreendimento interdisciplinar já vigente ou que venha a surgir em pesquisas ou parcerias entre pesquisadores de lingüística e literatura, já que

não se refere a isto, mas ao *modo de participação em agência de fomento*. Assim como a participação através de apenas uma coordenação “unificada” não implicou incentivo ou punição para projetos interdisciplinares (seja entre lingüística e literatura, seja entre lingüística ou literatura e outros campos – história, antropologia, psicologia, comunicação social, medicina, engenharia etc.), a “separação” também não necessariamente significará. Claro, assim como poderia ter havido algum tipo de política de incentivo a parcerias no atual sistema, também poderá haver no outro, mas tudo é decorrente de circunstâncias, não de uma suposta “**essência**” da questão.

Assim sendo, por tudo o que esta seqüência hipotética de perguntas e respostas me conduziu a concluir, creio que a “separação” das coordenações de área segue uma tendência que já está presente há muito na própria configuração predominante nos nossos cursos de pós-graduação. Segue ainda uma tendência já presente em outras áreas de muito sucesso na CAPES, que já fizeram este movimento e continuam em franco desenvolvimento.

Acrescento um argumento muito simples, porém relevante. Se no início deste artigo eu disse que na minha opinião, não haverá nenhuma catástrofe imediata nem na manutenção do sistema atual nem na sua alteração, digo agora o seguinte: se a área continuar crescendo como está, podemos fazer uma projeção para daqui a dois triênios termos de cerca 200 cursos. Ou seja, como já foi dito por nosso colega Eduardo Guimarães, mantido o ritmo, a questão não é *se* vamos nos separar, mas apenas *quando* o faremos, visto que o volume de cursos a ser avaliado torna inviável, a meu ver, a pretensão à manutenção do *status* atual.

Finalmente, a pergunta referente à nossa associação científica: – A separação de áreas na CAPES implica o desaparecimento da ANPOLL ou a sua separação em uma entidade relacionada a Lingüística e outra relacionada a Literatura?

Creio que não. Acredito que a ANPOLL, havendo a separação de áreas, além de tudo o que já é hoje, vai crescer em importância, como um lugar comum para estabelecer diálogos, trabalhos conjuntos, políticas de aliança entre as áreas emergentes de Lingüística e Literatura.

Assim, a partir do horizonte da visada que pude lançar, acho que nossa melhor opção no momento é trabalhar pela separação, sempre tendo em vista que separar coordenações não significa separar pessoas, mas aproveitar uma chance de oferecer à sociedade brasileira maior qualidade em nossas atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA Jr., Benjamin. *Carta circular aos Coordenadores de Pós-Graduação em Letras e Lingüística*. São Paulo, 2007.

CAPES. Diretoria de Avaliação. *Documento de área 2009 - Área de avaliação: Letras e Lingüística*. http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/LET_LING06jan10.pdf

JOBIM, José Luís. http://www.abralic.org/download/revista/Revista_Brasileira_de_Literatura_Comparada_-_08.pdf

